



O IMPACTO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE VÁRZEA ALEGRE (CAMVA) NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE TEREÇOS - MS¹

OSWALDO TSOHI REZENDE KOHATSU²

MARA LUCIA FALCONI DA HORA BERNARDELLI³

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo principal elaborar uma reflexão sobre a contribuição do processo de colonização japonesa e do cooperativismo agrícola para o desenvolvimento do município de Terenos, estado de Mato Grosso do Sul. Dessa forma, pretendeu-se, também, analisar os processos de estruturação do município tendo em vista o movimento migratório e a contribuição dos colonos japoneses na sua formação socioespacial, especialmente no que diz respeito às transformações provocadas pela chegada desses imigrantes e sua inserção nas atividades agrícolas locais e regionais. A análise centrou-se na identificação dos mecanismos institucionais e políticos que favoreceram a instalação da colônia agrícola japonesa na região.

O foco central foi investigar as conexões entre o estabelecimento da colônia agrícola e o processo de colonização japonesa por meio da *Japan Migration and Colonization* (JAMIC), organização responsável pela coordenação de projetos migratórios em comunidades japonesas no Brasil. A atuação da JAMIC foi determinante para a consolidação da presença nipônica no território e, de modo específico, originou a formação da primeira cooperativa em Terenos, a Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre (CAMVA). O estudo buscou, ao mesmo tempo, refletir acerca do processo histórico migratório japonês e quais foram as suas principais influências e contribuições para o município de Terenos – MS.

Conforme Santos (1977), ao acionarmos o conceito de formação socioespacial podemos compreender, de forma mais ampla, o processo de desenvolvimento das forças produtivas no território, conformando especificidades na produção do espaço. Assim, compreender a constituição

¹ Pesquisa realizada por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com bolsa da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (Fundect). Edital UEMS/Fundect N° 48/2024 – PROPI/UEMS – PIBIC.

² Bolsista de Iniciação Científica.

³ Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Email:marahora@uem.br



do município de Terenos implica na necessidade de analisar os elementos presentes na “constituição genética do espaço”, ou seja, que estão na origem de sua estruturação econômica, técnica, social e espacial, permitindo apreender sua totalidade. Nesta perspectiva, a presença dos imigrantes, com destaque para a colonização japonesa, bem como a presença da ferrovia (Estrada de Ferro Noroeste do Brasil) e a prática cooperativista, articuladas à presença da produção familiar camponesa, se encontram na base da formação deste pequeno município do estado.

O processo de colonização em Terenos não se deu de forma homogênea nem isenta de conflitos, resultando de uma formação socioespacial cuja base, também, foi constituída na resiliência e na cooperação das famílias imigrantes, permitindo a reprodução familiar camponesa. A atuação da JAMIC, inicialmente controversa, acabou por impulsionar a dinâmica que resultou em diversas formas de cooperação e na constituição da Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre (CAMVA), o que, por extensão, fortaleceu a consolidação do município como um polo de produção avícola e organizacional no estado de Mato Grosso do Sul.

O processo metodológico constituiu-se em uma pesquisa descritiva e exploratória, fundamentada em três procedimentos metodológicos ou técnicos: o levantamento bibliográfico, documental e o estudo de campo. Foram analisados artigos, livros, documentos, dissertações e documentos que permitiram a reflexão e análise, além da realização de um trabalho de campo no município, com a documentação e identificação das atividades ligadas à criação Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre (CAMVA) no município de Terenos.

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE TERENOS

Terenos se constitui em um dos 13 municípios da Região Geográfica Imediata de Campo Grande, que é caracterizada pela presença maciça de pequenos municípios e com uma economia fortemente vinculada ao campo (Figura 1). O município apresentou, no Censo Demográfico de 2022, população de 17.652 habitantes, do qual uma parcela considerável reside no campo, representando atualmente 44,6% do total (IBGE, 2025). Há uma presença marcante de agricultura familiar no município, seja representada por projetos individuais de propriedade, seja representada pela implantação de sete assentamentos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contabilizando 1400 famílias assentadas nesta modalidade (Oliveira, 2019).



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

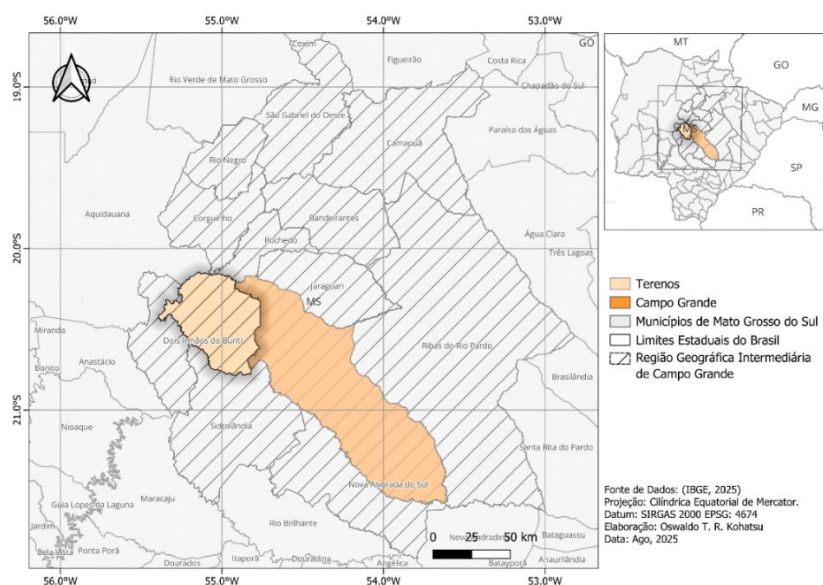


Figura 1 - Localização do município de Terenos-MS na Região Geográfica Imediata de Campo Grande.

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2025).

Para compreender o processo de constituição das colônias agrícolas no município de Terenos é necessário considerar a formação histórica e espacial da ocupação da porção sul de Mato Grosso, logo, reportando ao período final do século XIX e início do século XX.

De acordo com Fonseca (2014), a preocupação com a instalação de colônias agrícolas no estado de Mato Grosso iniciou-se no final do século XIX, após a instauração do regime republicano no Brasil, quando o governo mato-grossense criou e regulamentou o departamento de Terras, Minas e Colonização. Portanto, a primeira lei de terras do Estado de Mato Grosso, de n.º 20, criada em 09 de novembro de 1892, foi estabelecida durante o governo do presidente do Estado, Manoel José Murtinho. Sua execução foi possível graças ao Decreto de n.º 38, instituído em 15 de fevereiro de 1893, em que foi especificado detalhes de como os órgãos responsáveis pela aplicação das leis de terras deveriam atuar e que estabeleceu as repartições de terras públicas (Morenos, 2007).

Até o início do século XX, a porção sul de Mato Grosso tinha sido pouco ocupada, pois as bandeiras paulistas encontraram minérios preciosos, ouro e diamante, no norte do estado. Os poucos povoadamentos eram, geralmente, de natureza militar, às margens de vias fluviais, a fim de facilitar os deslocamentos populacionais e de mercadorias (Costa, 2011).

Autores como Alves (1984), Tolentino (1986) e Silva (2011) afirmam que a Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um fator importante para a dinamização e reorganização do espaço nacional



do sul de Mato Grosso. Após o fim da Guerra, ocorreu um grande deslocamento de pessoas para trabalhar no cultivo da erva-mate, houve a introdução da pecuária de gado bovino nestas áreas, que teve como consequência o incentivo da ocupação e das aglomerações urbanas, resultando na criação e ampliação de povoados. Entretanto, destaca-se que o conflito militar foi de vital importância para a manutenção do imperialismo inglês na América do Sul, uma vez que, com a derrota do Paraguai, as mercadorias inglesas passaram a circular mais facilmente na bacia platina, por fim, alcançando Mato Grosso.

Os políticos de Mato Grosso possuíam diversos interesses, sendo eles: a ocupação do que denominavam como “vazios demográficos”⁴, havendo o desejo de “civilizar” o sertão mato-grossense, com a apropriação de áreas consideradas estratégicas, além de fomentar a produção agrícola, o abastecimento de gêneros alimentícios e a ocupação das fronteiras para assegurar a soberania nacional.

Segundo Alves (1984), os primeiros indícios de colonização da região de Terenos ocorreram inicialmente por meio de uma empresa colonizadora alemã, que, posteriormente, promoveu uma associação entre a Intendência de Campo Grande e o Governo Mato-Grossense. A partir de 1918, o território tornou-se oficialmente um distrito e, no início da década de 1920, a empresa colonizadora privada alemã, denominada Sociedade Territorial Sul-Brasileira Henrique Hacker & Cia., iniciou suas atividades na região. Fonseca (2014) mencionou que essa empresa também atuava nos estados do Paraná e Santa Catarina, tendo como principal objetivo no Mato Grosso a colonização das áreas margeantes à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Durante o processo de colonização, que ocorreu paralelamente à implantação da ferrovia, e com a transferência do centro econômico regional de Corumbá para Campo Grande, foram construídas estações ferroviárias em locais estratégicos, sem um povoamento expressivo de não-indígenas. Em vários pontos foram surgindo pequenos núcleos urbanos que logo atraíram mais pessoas, as chamadas “bocas do sertão” (Azevedo, 1950). A ferrovia foi, sem dúvidas, um dos principais fatores de migração para essas áreas, e conforme Alves (1984), foi um dos grandes responsáveis pela decadência da casa comercial.

⁴ Na verdade, a ocupação humana dos povos originários existia, o interesse era na ocupação não-indígena.



Em Terenos, a empresa de colonização Henrique Hacker & Cia. recebeu uma área total de 500 mil hectares, dividida em 50 lotes, cada um com 10 mil hectares. De acordo com o contrato e o plano de colonização, a empresa se tornou responsável pela organização, divisão e demarcação de lotes, fornecimento de estrutura e da seleção dos colonos de origem europeia para o projeto (Fonseca, 2014). Após quatro anos do início das atividades de colonização, apenas a família do austríaco Gustavo Pelz, que migrou do Paraná, permaneceu no local (Costa, 2011). Devido à falta de sucesso, o núcleo colonial não passava de cem residentes, sendo que a falha da empresa em colonizar fez com que o governo Mato-Grossense rescindisse o contrato (Fonseca, 2014).

Costa (2011) considerou que a falência do empreendimento decorreu ao demarcar os lotes próximos à estação, sendo que procurou atrair imigrantes para esta localidade exigindo pagamentos de 25\$000 réis por hectare, em valores da época, o que foi apontado como um dos fatores para o fracasso da tentativa de colonização, aliado a um frágil mercado consumidor existente, culminando no fracasso do negócio.

Assim, em 8 de maio de 1924, criou-se a Colônia Agrícola de Terenos, que ficou sob o comando da Intendência Geral de Campo Grande, liderado por Arnaldo Estevão Figueiredo, que ofereceu aos colonos que se estabelecessem na área: casa de madeira coberta de telhas, ferramentas agrícolas, além de alimentação e manutenção por dois anos (IBGE, 1957).

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a Colônia Agrícola de Terenos, organizada e sob nova administração para receber imigrantes europeus para o trabalho agrícola, foi estruturada com mais de 100 famílias, composta por alemães, búlgaros, poloneses, romenos, gregos e lituanos (IBGE, 1957).

Devido à excelente qualidade da terra daquela região específica e aos interesses de seus dirigentes, a colônia progrediu e, ao encerrar-se o ano de 1926, apresentava uma população de 454 pessoas, sendo 97 famílias e 17 agregados, além de uma área cultivada de 381 hectares. Contava, ainda, com um trator, 17 veículos de tração animal, 35 arados e farto material de trabalho agrícola (IBGE, 1957).

Embora a população do distrito fosse predominantemente europeia, havia outras nacionalidades que contribuíram para a composição da colônia agrícola durante o período. Apesar de ser uma minoria, havia uma considerável diversidade étnica (IBGE, 1958).



Muitas das famílias que haviam sido assentadas na Colônia deixaram Terenos, especialmente os alemães, atraídos pelas notícias da recuperação econômica da Alemanha na década de 30 (Costa, 2011).

Terenos tornou-se a primeira experiência de colonização pública dirigida pelo Estado de Mato Grosso, não sendo, contudo, a única. Destacam-se também os seguintes empreendimentos coloniais (públicos e privados): na segunda metade da década de 1920, duas colônias alemãs em Miranda – Furrial Pires e Bocaina; em 1930, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND); em 1942, o Grupo BATA criou Bataguassu; e, em 1953, Bataiporã; na década de 1950, a colonização Moura Andrade criou Nova Andradina; e, em 1957, a SOMECO (Sociedade de Melhoramentos e Colonização) fundou Ivinhema (Costa, 2011).

Segundo o IBGE (1958), A Lei nº 1.021, de 21 de setembro de 1929, criou, no município de Campo Grande, o distrito de Paz de Terenos, que foi instalado a partir de 1º de janeiro de 1930. Tornou-se uma nova área, ligada à anterior, loteada pela Prefeitura de Campo Grande, denominada Colônia Nova. Na porção denominada Salobra, próxima à sede distrital, imigrantes japoneses organizaram a Colônia Salobra, onde se estabeleceram 18 famílias nipônicas dedicadas ao cultivo de cereais e de café. Desse modo, iniciou-se o crescimento de um novo distrito.

A maioria dos imigrantes que vieram para Campo Grande tinha como único objetivo trabalhar, ganhar a vida e retornar à sua terra natal. Muitos destes, porém, não conseguiram concretizar esse sonho tão querido. A história dos imigrantes japoneses foi repleta de dificuldades e obstáculos. Enfrentaram o novo e o desconhecido, novos costumes, nova cultura e novo dialeto. (Associação Okinawa de Campo Grande - MS, 2019, p. 20).

Posteriormente, um novo processo de colonização dirigida para Terenos consolidará a presença japonesa no município, com a ocupação da Fazenda Várzea Alegre.

JAMIC E A FAZENDA DE VÁRZEA ALEGRE

Uma nova colonização dirigida pela Companhia JAMIC (*Japan Managment Immigration Company*) iniciou-se no município na década de 1950, com sede em Tóquio. Essa agência estatal autorizava empresas que se interessavam pelo ramo de emigração a desenvolver tal atividade, concedendo-lhes, inclusive, subsídios apoiados pelo governo japonês da época.

Vasconcelos (2003) afirma que duas empresas estavam diretamente ligadas ao serviço de emigração entre Japão-Brasil, a JAMIC, Imigração e Colonização Ltda. e a JEMIS (*Japan Emigration*



Service), Assistência Financeira S. A., duas empresas juridicamente brasileiras, mas dirigidas por japoneses e com apoio financeiro do governo japonês.

A presença de empresas estrangeiras, no caso, japonesas, responsáveis pela aquisição de terras e pela introdução de imigrantes japoneses em Mato Grosso, nas décadas de 1950 e 60, acrescentou novos ingredientes na composição do Estado. O imigrante japonês, desde a segunda década do século XX, já vinha se estabelecendo em Mato Grosso do Sul, mas foi no final da década de 40 e nas décadas de 50 e 60, portanto, no período pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), que a presença japonesa se tornou marcante no Estado. (Vasconcelos, 2003, p. 48-49).

Conforme Vasconcelos (2003), em relato de um funcionário da própria JAMIC (Escritório de São Paulo), a empresa não visava lucros, tendo como característica fundamental, a função social. Isto porque, com o fim da guerra, ocorreu um grande fluxo populacional (cerca de 6 milhões de pessoas) para o país, que retornou das áreas que antes eram ocupadas pelo Japão durante seu processo de expansão imperialista (Allen, 1983, *apud* Vasconcelos, 2003, p. 23).

A Companhia tinha como objetivo, deste modo, aliviar as tensões provocadas pelo desemprego, promovendo a emigração e introduzindo em outros países parte de sua população sem ocupação no Japão, ficando encarregada de seu assentamento com segurança. Assim, ao adquirir a terra fazia a divisão dos lotes, conforme o governo local, e, depois, vendia aos imigrantes.

A JEMIS atuava de maneira similar, com funções específicas de comprar terras e dar assistência financeira aos imigrantes japoneses, por meio de financiamentos, crédito rural, entre outros. A empresa também era subsidiada pelo governo japonês, e proporcionou, até 1981, aos colonos japoneses no Brasil, empréstimos com baixa taxa de juros, cerca de 12% por ano (Vasconcelos, 2003).

As experiências de empresas colonizadoras em outras regiões e estados influenciaram decisivamente na opção da JAMIC nas aquisições de terras na região de Terenos, sendo notório que as circunstâncias como o crescimento econômico e populacional e o fácil acesso ao transporte ferroviário interferiram nessa opção, havendo uma conjuntura favorável ao empreendimento desse tipo naquele momento histórico.

A maioria das colônias fundadas na década de 1950 malograram ou tornaram-se inadimplentes em relação ao procedimento da colonização, apesar de terem obtido, para a própria empresa ou para seus compradores, a titulação da terra (Campos, 1969).



Muitos dos colonos vinham para o Brasil com objetivos pré-determinados, sendo que alguns adquiriram o lote no Japão, antes mesmo da sua partida por intermédio da empresa, por meio de pagamentos anuais sucessivos, com carência de cinco anos. Uma vez no Brasil, eram encaminhados diretamente aos lotes que haviam adquirido, entretanto, aqueles que não possuíam tais condições para comprar previamente apenas formalizavam a aquisição após a chegada ao Brasil.

O contrato firmado com os colonos era denominado “Contrato de Transmissão de Terrenos para a Imigração”, sendo firmado ainda no Japão, entre os emigrantes e a JAMIC, e estabelecia que o lote seria pago em moeda japonesa (Iene), e, em sua terceira cláusula, dizia que o contratante pagaria uma determinada quantia como entrada e o restante seria pago em cinco anos, em cinco parcelas. Os lotes adquiridos posteriormente no Brasil eram tratados de maneira diferente, sendo que o comprador do lote pagaria em moeda corrente brasileira, havendo a necessidade de certa quantia de entrada, e, diferentemente das condições anteriores, previa um prazo de quitação muito menor (Vasconcelos, 2003).

Segundo os autores que trataram o tema, havia uma ilusão de que seria possível conquistar riqueza no Brasil, que era, inclusive, inflada pela propaganda japonesa, que destacava a terra abundante para estimular a compra de lotes. A JAMIC utilizou propagandas que, muitas vezes, não condiziam com a realidade que os imigrantes encontrariam nas áreas destinadas à colonização. Eram apresentados filmes de fazendas já estruturadas, com vastos cafezais em plena produção e repletas de bovinos, além de toda a infraestrutura necessária para a atividade agrícola. As propagandas eram, em sua maioria, direcionadas aos menos favorecidos, geralmente trabalhadores rurais, ansiosos por uma parcela de terra para trabalhar.

Portanto, tratava-se de um investimento de capital, sendo notável que a pessoa interessada em migrar possuísse uma certa quantia inicial para realizar sua imigração. Além disso, a propaganda frequentemente resultava no endividamento do colono antes mesmo de sua saída do Japão.

Para o imigrante se estabelecer na fazenda Várzea Alegre, por exemplo, era necessário no mínimo 600 mil ienes, pelo fato de que a empresa determinava que aquela região possui diversas vantagens como: terra boas, cortadas pela Estrada de Ferro Noroeste Brasil, próximas a centros urbanos; além disso, naquele período existia excedentes de terras o que, na visão da companhia, poderia levar à aquisição de novos lotes posteriormente, levando à ampliação do seu patrimônio (Vasconcelos, 2003).



A localização da Colônia Várzea Alegre pertenceu ao governo do Estado de Mato Grosso até 1907, a sua venda estava articulada à política de colonização desenvolvida pelo governo do estado. Em 12 de setembro de 1907, a propriedade foi adquirida por terceiro por intermédio da repartição de terras do Estado de Mato Grosso, pelo valor de 5:117\$150 (Cinco contos, cento e dezessete mil e cento e cinquenta réis), em valores da época, passando por vários proprietários. Assim, a fazenda esteve, durante um longo período, destinada à especulação, até a instalação da Colônia Várzea Alegre, que a JAMIC adquiriu, por compra, junto a Severino Pereira da Silva, possuindo um total de 38.472 hectares, pela quantia de Cr\$ 12.800.800,00 mais Cr\$ 1.772.909,00, referentes às despesas com a escritura (Vasconcelos, 2003).

As razões que levaram a JAMIC a adquirir a propriedade eram que se localizava próxima a um centro urbano em pleno desenvolvimento, no caso, a cidade de Campo Grande, o preço foi considerado irrisório pela empresa na época, observando que sua arrecadação após a venda do loteamento seria maior, a aquisição feita por particulares facilitou o procedimento tornando-o menos burocrático, e, por fim, o fato da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil passar exatamente nos limites da fazenda contribuiu para a valorização dos lotes (Vasconcelos, 2003).

Observou-se que, durante o período de 1907 a 1958, nenhuma atividade produtiva se desenvolveu na Fazenda Várzea Alegre e, somente a partir da sua aquisição pela JAMIC, iniciou-se o processo de exploração de parte de suas terras. Em 1959, dos 18.472 hectares adquiridos pela empresa, apenas 6.688 hectares foram loteados e postos à venda aos imigrantes japoneses ou descendentes.

De acordo com a exigências estabelecidas no Contrato de Transmissão de Terrenos para imigração, na época, as terras ocupadas pelos imigrantes japoneses deveriam ser utilizadas para fins agrícolas, como cultivo de arroz, milho, mandioca, batata, banana e outras culturas; foram identificados, também, três tipos de solos na região do loteamento, nas margens dos rios Cachoeirinha e Salobra, extensas várzeas de Massapé Preto e, nos demais locais, terra vermelha arenosa e mista (Vasconcelos, 2003).

Autores como Saito (1997) e Suzuki (1995) destacaram que a imigração japonesa ocorreu em três fases, sendo a primeira a fase de imigração japonesa para o Brasil, entre 1908 e 1925, em que foram introduzidos 40 mil japoneses, todos encaminhados à fazendas de café, em grande parte com a migração subsidiada pelo governo paulista da época; a segunda fase, entre 1924 e 1941, constituiu



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

o auge da corrente imigratória, passando pela recessão econômica deflagrada a partir de 1929 e com consequente aumento de desempregados e da agitação social, fatos que concorreram, sem dúvida, para impelir um número maior de japoneses a atravessar os mares e tentar uma vida no Brasil.

Os imigrantes que ocuparam a Fazenda Várzea Alegre pertenciam à terceira fase (1953-75) da imigração japonesa para o Brasil, estimando-se que chegaram cerca de 46 mil japoneses neste período (Saito, 1997).

Entre 1959-60 chegaram à Várzea Alegre 11 famílias e, até 1962, mais 49, totalizando 60 famílias, sendo que o indivíduo que pretendia vir ao Brasil deveria manter contato com a empresa responsável pelo setor de emigração no Japão, a JAICA (*Japan Internacional Cooperation Agency*) (Vasconcelos, 2003).

O imigrante que queria se estabelecer na Colônia Várzea Alegre deveria desembolsar uma quantia mínima de 600.000 seiscentos mil ienes, estando aí inclusos o valor de entrada do lote, a primeira prestação, que era cerca de 130.000 ienes e, também, sua manutenção nos primeiros anos (Vasconcelos, 2003). As melhores áreas classificadas pela empresa eram destinadas aos colonos que pagaram previamente, nesse caso, eram situados próximos ao centro urbano, com estrutura de transporte por ferrovia e rodovia e com infraestrutura já desenvolvida.

Vasconcelos (2003) defende que a escolha da área para onde foram destinados foi feita pela própria JAMIC, e somente tomaram conhecimento quando chegaram ao local em Várzea Alegre, sendo que o conhecimento que possuíam do Brasil ocorria somente por meio das propagandas dos filmes que assistiram no Japão, o que levava a uma imagem, muitas vezes, não condizente com a realidade que encontraram, pois imaginavam uma terra em que tudo que se plantava, se colhia com facilidade.

Das primeiras 60 famílias de colonos, cerca de 13 desistiram logo no início dirigindo-se para a cidade de Campo Grande, distante 48 quilômetros da Colônia, e/ou para outras cidades, principalmente para o interior de São Paulo, enquanto os colonos que possuíam mais condições financeiras voltaram para o Japão. Destaca-se, também, que os colonos que vieram do Japão eram pequenos proprietários, isto é, possuíam de 1/10 a 1/12 de hectares de terras e que, com dificuldades em alimentar a família e assegurar a sua reprodução social, venderam a propriedade que possuíam para emigrar para outros países e poder comprar uma maior quantidade de terras (Vasconcelos, 2003).



Os gêneros agrícolas que eram cultivados em Várzea Alegre, como arroz, milho, algodão e mamona, também eram produzidos em outras regiões do então estado de Mato Grosso, em Dourados, por exemplo, em solos de melhor qualidade e em grandes extensões, dispensando-se o custeio de uma aplicação de corretivos para a prática agrícola. Consequentemente, os custos para produção e manutenção nessa região eram menores, possibilitando a esses agricultores venderem suas mercadorias e produtos por um preço mais barato.

As dificuldades nos cultivos e na produção agrícola levaram os colonos a adotarem novas medidas para pagar o financiamento de seus lotes, uma vez que estavam presos ao contrato estabelecido com a JAMIC. A partir de 1963, com a experiência em outras colônias de imigrantes, mais antigas, especialmente, em São Paulo, os colonos que permaneceram resolveram dedicar-se à atividade granjeira, com a criação de galinhas e produção de ovos. Houve novos incentivos financeiros da JAMIC, que enviou à Colônia técnicos e veterinários experientes, para ministrar cursos sobre a atividade granjeira de criação de galinhas e produção de ovos (Vasconcelos, 2003).

A JAMIC com o objetivo de receber os pagamentos dos lotes vendidos aos colonos, incentivou também financeiramente essa nova atividade granjeira, com investimentos para colocar em funcionamento essas granjas. Colocou à disposição dos interessados um empréstimo de Cr\$ 5.000,00 mil cruzeiros na época, dinheiro que era suficiente para adquirir cerca de 500 pintinhos. A maioria dos colonos aderiu a essa iniciativa e conseguiu superar aquela primeira fase crítica. Em 1986, das 70 famílias residentes, 38 estavam ligadas à atividade granjeira e as demais a outras culturas agrícolas e à pecuária. A atividade granjeira também colaborou para a produção de hortaliças, atividade que praticavam desde a sua chegada nos lotes, uma vez que utilizavam os estrumes das aves como adubo, assim possibilitando, com essa associação, uma melhora considerável para o solo (Vasconcelos, 2003).

Na sequência do artigo, elencamos o contexto histórico e os elementos encontrados sobre a formação da Cooperativa e as formas de cooperação dos colonos, bem como a sua contribuição para a formação socioespacial e a emancipação política e territorial de Terenos.

A COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE VÁRZEA ALEGRE (CAMVA)

Oliveira (2007) destaca que as cooperativas surgiram como uma forma de defesa dos agricultores contra os comerciantes que, em seu papel de compradores e intermediários, exploravam os camponeses, conduzindo-os à proletarização. Assim, o surgimento das primeiras cooperativas



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

representou um instrumento de proteção tanto para os pequenos quanto para os grandes agricultores. Nessa perspectiva, as cooperativas ofereciam vantagens nas operações de compra e venda em escala, fortalecendo o camponês e permitindo sua reprodução social, além de constituírem um mecanismo de oposição ao processo crescente de proletarização ao qual estavam submetidos com o desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Ainda, de acordo com Oliveira (2007), a ajuda mútua entre os camponeses constitui uma prática utilizada para suprir, em determinados momentos, a insuficiência da força de trabalho familiar, sendo um dos elementos da produção camponesa. Entre essas práticas destaca-se o mutirão ou a simples troca de dias de trabalho entre os camponeses. Esse processo surge, sobretudo, da necessidade daqueles que não dispõem de rendimentos monetários suficientes para contratar trabalhadores assalariados em momentos em que ocorre maior demanda no trabalho agrícola.

Nesse sentido, a Cooperativa Várzea Alegre surgiu como resultado da mútua colaboração entre as famílias de colonos japoneses em Terenos, que expressa a identidade camponesa do imigrante, incorporando novos elementos à produção local. Essas mesmas famílias, mencionadas anteriormente, fundaram a Cooperativa Autônoma de Várzea Alegre, com o objetivo de organizar o uso do caminhão cedido pela Jamic ao grupo em sua chegada. Esse veículo foi essencial para o estabelecimento do núcleo, sendo utilizado diversas vezes no transporte de materiais de construção para as casas e de equipamentos. Além disso, eram organizadas viagens semanais à Campo Grande para a aquisição de insumos e outros artigos (AECNB, 2005).

Em 1962, as dificuldades relacionadas ao clima e ao solo foram apresentadas às autoridades da JAMIC, em São Paulo, pelo então presidente da Cooperativa, Sr. Ogura, que reivindicava apoio da instituição frente aos altos custos de produção, da ausência de orientação técnica e das dificuldades econômicas para quitar os financiamentos. Diante disso, autoridades japonesas, representantes da Companhia de Migração, do Ministério de Assuntos Estrangeiros e da Província de Yamaguchi deslocaram-se para inspecionar a situação da Colônia, resultando em uma avaliação bastante negativa das condições locais naquele período (AECNB, 2005).

Essa visita foi primordial para a transformação da realidade econômica e social dos colonos. A partir dela, surgiram os investimentos em avicultura e a identificação da demanda de Campo Grande por ovos, que, naquele período, era suprida pelo estado de São Paulo, devido à produção



insuficiente em seus arredores. Dessa forma, foi disponibilizada uma linha de financiamento de longo prazo para que cada família pudesse iniciar a criação de aves (AECNB, 2005).

Entretanto, os colonos não se dedicaram exclusivamente à atividade avícola de imediato, mantendo, também, a produção de frutas como poncã, abacaxi e abacate, além da criação de gado de corte e, até mesmo, a produção de bicho-da-seda. Contudo, foi na avicultura que o grupo alcançou maior sucesso econômico.

Em seus primeiros anos, a Cooperativa enfrentou dificuldades devido às divisões internas do núcleo, que resultaram em dois grupos majoritários de produtores de ovos concorrendo entre si pelo mercado campo-grandense. Esse impasse foi solucionado no ano seguinte, fortalecendo a Cooperativa e impulsionando o crescimento do empreendimento, que continua em expansão até os dias atuais.

Os colonos oriundos da província de Yamaguchi evidenciaram, por meio de sua trajetória de ascensão social, que a organização coletiva e o fortalecimento do senso coletivo camponês constituíram elementos fundamentais para a geração de resultados econômicos e sociais positivos entre os imigrantes, sobretudo para aqueles que enfrentaram maiores adversidades nos primeiros anos da instalação em Terenos. Contudo, essa ascensão não foi homogênea: especialmente os colonos que se engajaram diretamente no empreendimento cooperativo alcançaram êxito, enquanto outras famílias de imigrantes japoneses, assim como de diferentes etnias presentes na região, não lograram o mesmo sucesso, sendo, muitas vezes, compelidas a abandonar o município.

Nesse contexto, a Cooperativa passou a desempenhar um duplo papel. Por um lado, consolidou-se como expressão identitária do grupo, reforçando a memória coletiva e o pertencimento social dos descendentes de Yamaguchi. Por outro, transformou-se em um mecanismo de coesão comunitária, especialmente com a criação de uma associação cultural em Terenos vinculada às suas atividades, o que contribuiu para a manutenção da vida social e para a integração dos membros da Colônia. Nesse processo, os líderes comunitários adquiriram relevância não apenas no campo produtivo, mas também como mediadores de conflitos e gestores das relações internas, atuando como agentes centrais na articulação entre economia, cultura e organização social do grupo.

Na sequência elencamos notícias relacionadas, também, às formas de organização do empreendimento, desde os seus primeiros momentos até os dias atuais.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Júnior (2018) destaca uma entrevista com um diretor comercial da Cooperativa, comentando que, inicialmente, as galinhas eram criadas soltas, e que, em meados da década de 1970, passaram por uma adaptação onde foram construídos os primeiros galpões para o confinamento das aves. Esse sistema em gaiolas seguiu paralelo ao de criação de galinhas soltas até o ano de 2000, desde então, a produção granjeira é realizada somente nos aviários. Essa atividade desenvolvida pelos colonos japoneses e de seus descendentes de Terenos que originaram a criação da Cooperativa Agrícolas Mista de Várzea Alegre (Camva), atualmente controla grande parte do mercado sul-mato-grossense de ovos, possuindo 26 cooperados com número estimado de 900 mil cabeças de aves.

A Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, a Agraer (2025), destacou, em uma notícia recente, que atualmente são 27 produtores de Terenos, abastecendo a Cooperativa com uma média de 3 mil caixas de ovos diariamente, sendo classificados mais de 1 milhão de ovos por dia. No centro de distribuição da Cooperativa no Ceasa-MS são recepcionados em Campo Grande e abastecem toda a rede de supermercados da capital, contando, também, com o abastecimento de cidades como: Três Lagoas, Corumbá, Dourados, Ribas do Rio Pardo, São Gabriel do Oeste e Ponta Porã. A notícia também destaca que a Cooperativa envia a proteína para os estados de São Paulo e Mato Grosso.

Com base em Oliveira (2007), evidenciamos que a Colônia Várzea Alegre apresenta uma organização que articula diversos elementos estruturais da produção camponesa. A força do trabalho origina-se, principalmente, do trabalho familiar, que representa o motor central da unidade camponesa. A parceria entre os colonos foi fundamental para enfrentar as adversidades e necessidades e a ausência de mão de obra assalariada, decorrente da falta de rendimentos monetários. A ajuda mútua entre os camponeses foi outra prática comum, manifestando-se no emprego da força de trabalho familiar em diferentes atividades produtivas, como a avicultura. Essa cooperação resultou, de maneira estratégica, na ampliação das atividades e, conseqüentemente, no aumento dos rendimentos ao longo do tempo.

A socialização entre os colonos configura-se como elemento essencial da reprodução camponesa, pois, por meio dela, as crianças eram iniciadas, desde cedo, como participantes da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva. A propriedade da terra, de caráter familiar, apresentava-se como privada para muitos, mas com elementos distintos da propriedade privada capitalista. Nesse modelo, os colonos detinham a posse direta da terra e dos instrumentos de trabalho, pertencentes ao próprio trabalhador. Ou seja, a terra de trabalho era propriedade do trabalhador e não



um instrumento de exploração, possibilitando a apropriação dos meios de produção. Exemplo disso é a criação de galinhas, a produção de ovos, pomares e rizicultura, atividades estas que eram produzidas pelos próprios camponeses. Assim, o processo de reprodução camponesa torna-se evidente nessa forma de organização do trabalho (Oliveira, 2007), resultando da resiliência e da organização cooperativada dos que enfrentaram as adversidades para permanecerem na terra.

O trabalho de campo realizado na área da Colônia Jamic, na zona rural de Terenos permitiu identificar a territorialidade camponesa decorrente deste processo. Foram feitas observações empíricas das áreas externas da Colônia, bem como os registros das principais estruturas associadas à Colônia Jamic, além da Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre, que são: a sede da Associação Nipo Brasileira de Terenos, campos de beisebol, *gueitebol*, *softball*, o cemitério dos colonos e a Escola Municipal JAMIC.

De acordo com Yokoo (2024), a Vila Pedro Celestino é uma área denominada urbanizada da Colônia, ali estão localizados a sede da Associação Cultural, o cemitério, as instalações da Cooperativa, a fábrica de ração e a casa de apoio. Ainda hoje se encontram as construções que serviram como base para a JAMIC, constituindo rugosidades (Santos, 1997), espaços onde se realizava as operações de suporte administrativo e bancário para os imigrantes.

A escola foi construída com a intenção de atender aos filhos dos imigrantes japoneses, uma vez que, na implantação da Colônia, não havia nenhuma instituição escolar. Inicialmente era apenas um prédio em uma terra lavrada com trator, sem grama, sem arborização, sem água, luz e sanitários, em que 90% dos alunos eram japoneses e 10% brasileiros, esses últimos, filhos dos ferroviários que atuaram na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) (PPP, 2025). Atualmente, essa escola do campo é frequentada por estudantes oriundos de famílias de baixa renda da região, em sua maioria, filhos de pequenos agricultores camponeses, em sua maioria assentados, com pouca escolaridade formal. A principal fonte de subsistência dessas famílias está vinculada à economia local, abrangendo atividades como trabalho em granjas, agricultura, diaristas, donas de casa e empregados em fazendas (PPP, 2025).

A Escola do Campo da Jamic representa uma das contribuições mais significativas dos colonos em seus primórdios. Criada para atender inicialmente às famílias de imigrantes japoneses, hoje atua como importante espaço de apoio educacional para a população residente na região. Apesar de sua simplicidade, a escola oferece ensino em tempo integral e atende assentamentos como



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Sertanejo, Colônia Jamic, Fazenda Aymoré, Região dos Mottas, entre outros (PPP, 2025). Conta com transporte escolar para buscar os alunos nesses assentamentos e oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. Em 2024, também funcionou como extensão da Escola Estadual Antônio Nogueira da Fonseca, abrigando turmas do Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, buscou demonstrar a organização do espaço territorial e discutir a importância da colonização japonesa na formação socioespacial do município de Terenos-MS a partir de uma perspectiva histórica e geográfica, destacando os elementos fundamentais que contribuíram para sua constituição. A Guerra do Paraguai foi um fator primordial na constituição do território, e, a partir das terras devolutas, iniciou-se o processo de colonização dirigida na porção onde hoje se localiza Terenos.

Inicialmente, esse processo esteve sob a responsabilidade da empresa privada Sociedade Territorial Henrique Hacker & Cia. que, apesar de sua experiência em colonizações no sul do país e da parceria com o Estado de Mato Grosso, não obteve êxito, pois o núcleo colonial não chegou a atingir 100 residentes na época. Com o fracasso da primeira tentativa de colonização, esta área passou para a administração do município de Campo Grande, por meio de uma parceria entre a superintendência e o governo estadual de Mato Grosso. Esse acordo resultou na implementação de um plano de colonização que levou à transformação da área em um distrito de Campo Grande.

As primeiras experiências de colonização, ocorridas entre 1918 e 1929, foram marcadas por uma forte presença europeia, especialmente de imigrantes alemães. Essa fase inicial, caracterizada por uma colonização dirigida tanto pelo setor público quanto pelo privado, ficou conhecida como Colônia Velha.

A fazenda de Várzea Alegre foi fundamental no novo capítulo da colonização japonesa em Terenos, sendo que nessa nova fase da imigração, dirigida e organizada pela JAMIC, com incentivos e apoio do governo japonês, houve a aquisição de terras, e posterior loteamento com o objetivo de vender aos novos imigrantes, iludindo-os com a propaganda japonesa do Brasil, país colocado como extremamente fértil e utópico, onde “em se plantando, tudo dá”. As famílias de imigrantes, sem muitas perspectivas econômicas após a Segunda Guerra no país natal, e com objetivo de conseguir melhores condições de vida foram estimuladas à emigração e a se endividarem na compra de lotes



em Terenos, em uma tentativa de conquistar sucesso econômico suficiente para depois retornarem ao Japão.

Na chegada ao Brasil se depararam com as condições difíceis de produção, infraestrutura precária e circunstâncias diferentes daquelas apresentadas nas propagandas, o que levou alguns dos imigrantes, no caso, aqueles com alguma condição financeira, a retornarem ao Japão. Entretanto, muitos daqueles que vieram, em sua maioria trabalhadores agrícolas que dependiam apenas da sua força de trabalho para sobreviver, se viram obrigados a cumprir um contrato abusivo, que os obrigava a procurar novos meios de sobrevivência para pagar as terras que lhes foram vendidas. Por outro lado, essa obrigação fez com que buscassem diferentes formas de cooperação para que pudessem resistir e (quicá) prosperar diante de tantos desafios.

A Companhia JAMIC, visando não perder seu investimento de capital em Terenos, incentivou os colonos da Fazenda Várzea Alegre a desenvolverem novas técnicas e atividades, para a manutenção do pagamento do contrato que firmaram na obtenção daquelas terras. Desta forma, a partir de mais endividamento, os colonos puderam se arriscar em um novo empreendimento, no caso, a criação de galinhas, que tornou-se uma atividade exitosa, integrando-se à cadeia produtiva da avicultura, em que puderam dedicar-se desde a produção de pintinhos, a comercialização dos estrumes para a adubação (a chamada “cama de frango”), e a venda de ovos, ou seja, a atividade tornou-se viável e permitiu o pagamento das dívidas, fazendo que uma parte dos colonos conseguissem quitar os lotes da Fazenda Várzea Alegre da JAMIC.

A experiência da colonização japonesa em Terenos ganhou um novo marco a partir do aumento do financiamento concedido pela JAMIC, o que exigiu dos colonos o fortalecimento do senso de coletividade e da ajuda mútua camponesa. Esse processo resultou na criação da primeira cooperativa, denominada Cooperativa Autônoma de Várzea Alegre, que, embora importante, mostrou-se insuficiente para garantir a ascensão social dos imigrantes japoneses. Posteriormente, formou-se a Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre (CAMVA), voltada inicialmente para a avicultura, mas que passou a envolver outras culturas, como rizicultura e pomares.

Embora a avicultura tenha se consolidado como a principal atividade, a expansão da CAMVA possibilitou a ascensão social de muitos colonos. A Cooperativa diversificou suas atividades, passando da produção exclusiva de ovos para incluir, também, a produção de ração para as galinhas.



Atualmente a presença da CAMVA demonstra a consolidação dos colonos da JAMIC, destacando-se como polo de distribuição de ovos em Mato Grosso do Sul. Assim, apesar das críticas pela condução inicial na implantação da Colônia Jamic, seus financiamentos e incentivos técnicos foram fundamentais para a fixação dos imigrantes japoneses na região. Além disso, o incentivo à educação de base japonesa no território brasileiro configurou-se como uma das principais contribuições dos colonos para o município de Terenos. Embora a comunidade tenha se mantido inicialmente restrita, ao longo do tempo foi necessário romper com barreiras culturais tradicionais e intensificar sua participação na sociedade local. Exemplos disso são os eventos realizados pelos descendentes, como a Festa do Ovo ⁵ e *Undokais*⁶.

A Escola Municipal, desde a fundação da Colônia JAMIC, constituiu-se como uma das estruturas de maior relevância, não apenas para os filhos dos imigrantes, mas também para a população em situação de vulnerabilidade e para os assentamentos próximos à cooperativa, os quais passaram a receber influência direta da CAMVA.

Apesar da significativa expansão do empreendimento, que alcançou todo o território de Mato Grosso do Sul na distribuição de ovos, a CAMVA contribuiu de maneira mais restrita para a população de Terenos. Destaca-se, nesse contexto, a participação das mulheres na Cooperativa, especialmente na seleção de ovos, atividade em que foi priorizado o trabalho feminino. Um dos requisitos da Cooperativa era que as famílias residissem próximas às áreas de produção e distribuição, o que levou à oferta de moradias de baixo custo na área da JAMIC, favorecendo a fixação comunitária.

A constituição socioespacial do município de Terenos-MS foi marcada por sucessivos desafios, incluindo processos de colonização fracassados e dificuldades próprias do campo ao longo do século XX. Todavia, a chegada dos imigrantes japoneses, na década de 1950, e sua resiliência, com o apoio da JAMIC e do governo japonês, foram decisivas para a consolidação da região como município independente de Mato Grosso do Sul. Assim, tanto os colonos quanto a Cooperativa desempenharam papéis fundamentais na emancipação local, preservando elementos do campesinato e da força de trabalho familiar como bases estruturantes no desenvolvimento do município de Terenos.

⁵ Evento promovido pelo município evidenciando seu papel como distribuidor de ovos regional

⁶ Gincanas Esportivas interativas com as comunidades japonesas e brasileira.



Palavras-chave: COLONIZAÇÃO; COOPERATIVISMO; IMIGRAÇÃO JAPONESA;
FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

REFERÊNCIAS

AECNB - Associação Esportiva da Colônia Japonesa em Campo Grande. **AYUMI:** A Saga da Colônia Japonesa em Campo Grande. Campo Grande: SABER Editora, 2005.

ALVES, G. L. Mato Grosso e a história: 1870-1929. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 1984.

ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE - MS. **Terra de Esperança: Kibo no Daitsi.** Campo Grande, MS: Life Editora, 2019. 585 p. ISBN 978-85-8150-237-3.

AZEVEDO, F. **Um trem corre para o oeste:** estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1950.

CAMPOS, F. V. **Retrato de Mato Grosso.** São Paulo: Brasil Oeste, 1969.

COSTA, E. A. Terenos - estado do Mato Grosso do Sul: um produto de múltiplas territorialidades no coração do Cerrado brasileiro. **Brazilian Geographical Journal**, Ituiutaba, v. 2, n. 1, 2011.

Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziangeojournal/article/view/12121>. Acesso em: 9 jun. 2024.

DA CEASA, cooperativa coordena distribuição de mais de 1 milhão de ovos por dia. *Agraer – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul*, 14 fev. 2025.

Disponível em: <https://www.agraer.ms.gov.br/da-ceasa-cooperativa-coordena-distribuicao-de-mais-de-1-milhao-de-ovos-por-dia/>. Acesso em: 24 ago. 2025.

FARIAS, F. Jamic: sonho de fartura. **Revista Arca**, Campo Grande-MS, n. 2, p. 22-25, ago. 1991.

FIGUEIREDO, A. **A presença geoeconômica da atividade ervateira.** 1968. 436 f. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, SP.

FONSECA, V. R. Discussões acerca da necessidade de instalação de colônias agrícolas no sul de Mato Grosso (1889-1920). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 23, p. 145-165, 2014.

IBGE. **Cidades. Terenos.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/terenos/panorama>. Acesso em: 9 jun. 2024.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. XXXV, p. 228

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. XXXV, p. 300-303.

IBGE. **História. Terenos.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/terenos/historico>. Acesso em: 9 jun. 2024.

JÚNIOR, O. Pelo cooperativismo, japoneses fazem de Terenos a cidade dos ovos. **Campo Grande News**, Campo Grande, 10 jan. 2018. Reportagens Especiais. Disponível em:

<https://www.campograndenews.com.br/reportagens-especiais/pelo-cooperativismo-japoneses-fazem-de-terenos-a-cidade-dos-ovos>. Acesso em: 9 jun. 2024.

JURADO DA SILVA, P. F.; BERNARDELLI, M. L. F. H. As cidades pequenas no contexto da Região Geográfica Intermediária de Campo Grande – MS. In: JURADO DA SILVA; P. F.; CALIXTO, M. J. M. S.; BERNARDELLI, M. L. F. H.; SILVEIRA, G. S. (Orgs.) **Cidades pequenas no contexto brasileiro:** perspectivas de estudo. 1 ed. Porto Alegre – RS: Totalbooks, 2023, p. 107-119.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso:** política e mecanismo de burla (1892-1992). Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2007. p. 65.



OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: Ross, Jurandyr L. Sanches (org). **Geografia do Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Edusp. 2019, p. 469-471.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. 2007. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em 28/01/2025.

OLIVEIRA, M. de. **A importância dos projetos de assentamentos rurais no desenvolvimento socioespacial de Terenos – MS**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, Campo Grande, 2019.

REFORMA e Ampliação da Escola Municipal Jamic: Investindo no Futuro da Educação. Terenos (Prefeitura Municipal) – seção Educação, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www.terenos.ms.gov.br/?p=5741>. Acesso em: 24 ago. 2025.

RODRIGUES, J. B. **Isto é Mato Grosso do Sul: nasce um estado**. São Paulo: V. B. Edições, 1978. p. 105-106.

SAITO, H. **A integração e participação de japoneses e descendentes na sociedade brasileira**. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1977.

SANCHES, R. S. R. **A agricultura familiar no município de Terenos-MS: perspectivas de sustentabilidade e desenvolvimento local**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p. 81-97, jun. 1977.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, A. F. **Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – gleba Rio Ferro (1950-1960)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SILVA, W. G. Controle e domínio territorial no sul do estado de Mato Grosso: uma análise da atuação da "Cia Matte Larangeira" no período de 1883 a 1937. **Agrária** (São Paulo. Online), n. 15, p. 102-125, 2011.

SUZUKI, T. A imigração japonesa no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 39, p. 57-65, 1995.

TOLENTINO, T. L. **Ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança**. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1986.

VASCONCELOS, C. A. A Companhia Jamic e sua atuação durante as décadas de 1950 e 60. In: MARIN, Jéri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves (orgs.). **História, região e identidades**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

YOKOO, R. N. da R. **Etnicidades e turismo em colônias de imigrantes japoneses: reflexões a partir dos contextos de Álvares Machado/SP e Terenos/MS**. 2024. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/10796>. Acesso em: 24 ago. 2025.